

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL	6
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA	6
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	6
Instituição do Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE).....	6
PL 635/2023 - Autoria: Dep. Josenildo (PDT/AP), que "Institui o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), para o incentivo ao empreendedorismo e o fomento para implantação de novos negócios no país."	6
Reafirmação da proteção jurídica da coisa julgada	7
PEC 01/2023 - Autoria: Sen. Tereza Cristina (PP/MS), que "Altera os arts. 5º e 102 da Constituição Federal para reafirmar a proteção jurídica da coisa julgada."	7
Modulação de efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade proferidas pelo STF.....	7
PL 584/2023 - Autoria: Sen. Eduardo Girão (NOVO/CE), que "Modifica as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para dispor sobre a modulação de efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal."	7
Normatização dos efeitos da decisão de controle de constitucionalidade ou de repercussão geral pelo STF sobre a coisa julgada preexistente	8
Manutenção da coisa julgada material	8
PL 589/2023 - Autoria: Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF), que "Altera o Código de Processo Civil Brasileiro para reafirmar a autoridade da coisa julgada, estabelecendo claramente que a decisão judicial alcançada pelos efeitos da coisa julgada material não pode ser alterada ou relativizada por nenhum juízo ou tribunal, nem mesmo pelo Supremo Tribunal Federal, a não ser por meio de ação rescisória específica."	8
Proteção da personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet	8
PL 592/2023 - Autoria: Sen. Jorge Seif (PL/SC), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet."	8
Concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para estágio obrigatório	9
PL 595/2023 - Autoria: Sen. Paulo Paim (PT/RS), que "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários."	9
Inclusão de possibilidade de agravo de instrumento para contestar decisão interlocutória que verse sobre competência de juízo	10
PL 516/2023 - Autoria: Dep. Marangoni (UNIÃO/SP), que "Dá nova redação ao inciso XIII do art. 1.015, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil, para prever a possibilidade de interposição de agravo de instrumento para impugnar decisão que define competência de juízo, renumerando os demais."	10

Tipificação do crime de corrupção privada.....	10
<i>PL 576/2023 - Autoria: Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), que "Altera o Decreto-Lei 2.848, de 1940 (Código Penal), para criar o tipo penal de corrupção privada."</i>	
Rescisão da coisa julgada tributária contrária à decisão em controle concentrado ou repercussão geral do STF	11
<i>PL 580/2023 - Autoria: Dep. ADRIANA VENTURA (NOVO/SP), que "Submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória."</i>	
Consideração do tempo como direito existencial do consumidor	11
<i>PL 582/2023 - Autoria: Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), que "Altera o Código de Defesa do Consumidor, para reconhecer o tempo como direito existencial do consumidor e dispor sobre o dever de reparação civil integral do dano a ele provocado por ações ou omissões culposas do fornecedor."</i>	
Instituição de incentivos à recuperação energética como forma de destinação e disposição de resíduos sólidos e de rejeitos.....	12
<i>PL 502/2023 - Autoria: Sen. Jader Barbalho (MDB/PA), que "Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, para estimular a destinação e a disposição ambientalmente adequadas de resíduos sólidos e de rejeitos como forma de recuperação energética."</i>	
Sustação das audiências de conciliação ambiental.....	13
<i>PDL 45/2023 - Autoria: Dep. Pezenti (MDB/SC), que ""Susta a aplicação do Decreto nº 11.373, de 1º de janeiro de 2023, no que diz respeito à audiência de conciliação ambiental, com previsão legal nos artigos 97-A, 98-A, 98-B, 98-C e 99 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.""</i>	
INFRAESTRUTURA	13
Retorno parcial da cobrança de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol e criação de imposto de exportação sobre o petróleo.....	13
<i>MPV 1163/2023 - Autoria: Poder Executivo, que "Reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação."</i>	
Interdição de estabelecimento pelo Juiz do Trabalho ou Auditor Fiscal do Trabalho ..	14
<i>PL 304/2023 - Autoria: Sen. Paulo Paim (PT/RS), que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a proteção do meio ambiente do trabalho."14</i>	
SISTEMA TRIBUTÁRIO	15
CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS.....	15
Sustação de Decreto que revogou redução do AFRMM e de PIS/PASEP e Cofins e atualização do crédito financeiro ao Padis	15
<i>PDL 51/2023 - Autoria: Dep. ADRIANA VENTURA (NOVO/SP), que "Susta artigo do Decreto nº11.374, de 1º de janeiro de 2023, relativo ao descumprimento dos princípios tributários constitucionais da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal."</i>	
OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS	15

Remissão de débitos da CSLL quando o fato gerador obtiver cessação de efeitos decorrentes de decisões vinculantes do STF..... 15

PL 596/2023 - Autoria: Sen. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), que "Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado." 15

Alteração de penalidade em caso de inobservância da obrigação acessória..... 16

PLP 31/2023 - Autoria: Dep. MARCO BERTAIOLLI (PSD/SP), que "Altera o parágrafo 3º e inclui o parágrafo 4º do artigo 113, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966." 16

Inclusão na anistia de infrações e anulação das multas por atraso na entrega da GFIP com fato gerador 16

PL 554/2023 - Autoria: Dep. MARCO BERTAIOLLI (PSD/SP), que "Altera o inciso I do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.397, de 8 de julho de 2022, incluindo na anistia de infrações e anulação das multas por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) com fato gerador." 16

Previsão de multa qualificada decorrente de sonegação ou fraude relativas a tributo 17

PL 613/2023 - Autoria: Dep. Thiago de Joaldo (PP/SE), que "Altera dispositivos da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências" 17

Obrigatoriedade de equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos..... 17

PL 111/2023 - Autoria: Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que "Acrescenta o art. 377-A à Consolidação das Leis do Trabalho para tornar obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos e prever mecanismo de fiscalização em relação ao seu cumprimento." 17

Alteração na quantidade de dias que o empregado poderá faltar justificadamente sem prejuízo à remuneração 18

Redução da jornada de trabalho do empregado responsável por filho ou dependente com autismo..... 18

PL 235/2023 - Autoria: Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE), que "Acrescenta o art. 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir redução da jornada de trabalho do empregado responsável por filho ou dependente com autismo." 18

Remuneração à mulher provedora de família monoparental que tenha filhos PCD ou menores de idade sem prejuízo do recebimento do BCP..... 19

PL 303/2023 - Autoria: Dep. Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF), que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para dispor sobre a permissão à mulher provedora de família monoparental, que tenha filhos com deficiência e filho menor sem deficiência, a exercer trabalho remunerado de até dois salários-mínimos, sem prejuízo do recebimento do benefício de prestação continuada, definido em lei." 19

Estabilidade do empregado terceirizado eleito para direção sindical após contratação de nova prestadora de serviços..... 19

PL 118/2023 - Autoria: Dep. Rubens Otoni (PT/GO), que "Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada pelo Decreto lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado terceirizado eleito para direção sindical." 19

Regularização na contratação de menores aprendizes para requisição de habilitação social, fiscal e trabalhista para fins de licitações..... 20

PL 203/2023 - Autoria: Dep. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS/DF), que "Inclui na lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a obrigatoriedade de regularidade na contratação de menores aprendizes entre os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista." 20

Vedação de benefícios fiscais a pessoas jurídicas condenadas por utilizarem mão-de-obra em condições análogas à escravidão 20

PL 282/2023 - Autoria: Dep. Léo Prates (PDT/BA), que "Dispõe sobre a vedação de benefício tributário ou de incentivos fiscais a pessoas jurídicas condenadas por utilizarem mão-de-obra em condições análoga à escravidão, e dá outras providências" 20

Normatização da preferência de teletrabalho para o empregado responsável por pessoa com deficiência..... 21

PL 503/2023 - Autoria: Dep. Neto Carletto (PP/BA), que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o teletrabalho para o empregado responsável por pessoa com deficiência." 21

Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino 21

PL 573/2023 - Autoria: Dep. Daniela Reinehr (PL/SC), que "Cria a Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino com vistas ao incentivo profissional e a inserção de mulheres no mercado de trabalho em combate à violência doméstica" 21

INTERESSE SETORIAL DA INDÚSTRIA 22

AGROINDÚSTRIA 22

Criação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT .. 22

PL 699/2023 - Autoria: Sen. Laércio Oliveira (PP/SE), que "Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências." ... 22

Redução a zero das alíquotas para PIS/Pasep e Cofins incidentes na importação e venda de alimentos orgânicos 23

PL 679/2023 - Autoria: Dep. Marangoni (UNIÃO/SP), que "Reduz a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno sobre alimentos orgânicos e sobre os insumos agrícolas e demais produtos utilizados na sua produção." 23

ALIMENTÍCIA E BEBIDAS..... 23

Instituição de normas sobre a venda de produtos sem leite ou com baixo teor como produtos lácteos..... 23

PL 229/2023 - Autoria: Dep. Ricardo Silva (PSD/SP), que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para estabelecer que os fabricantes informem sobre a venda de produtos que contenham em sua base láctea gorduras ou proteínas de origem não láctea; e altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para proibir que

os produtos sem leite, ou com baixo teor de leite sejam denominados como tal."	23
FUMO	24
Proibição do uso de dispositivos eletrônicos de fumar e narguilés	24
PL 689/2023 - Autoria: Dep. Luciano Ducci (PSB/PR), que "Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar o uso de produtos fumíferos, incluindo dispositivos eletrônicos de fumar, em qualquer logradouro público."	24
PL 30/2023, de autoria do Dep. Thiago Buhner (UNIÃO), que dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física em contratos de operação de crédito contratados por meio eletrônico ou telefônico, firmado por pessoas idosas.	25
QUESTÕES INSTITUCIONAIS	25
Alteração nas legislações estaduais que tratam sobre a composição da Administração Pública	25
PL 27/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera as leis que especifica e dá outras providências.	25
Alteração no regimento interno da Alep	26
PR 01/2023, de autoria da Comissão Executiva da Alep, que altera o anexo único da Resolução nº 11/2016, que trata do regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	26
Aprovação de Crédito Especial ao Orçamento Geral do Estado para atendimento de convênios firmados com os municípios de Cornélio Procópio e Lapa	27
PL 26/2023, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do estado.	27
INFRAESTRUTURA	27
Destinação e Reutilização de material fresado	27
PL 22/2023, de autoria do Dep. Maria Victoria (PP), que dispõe sobre a destinação e o reaproveitamento de material fresado no Estado do Paraná.	27
INFRAESTRUTURA SOCIAL	28
EDUCAÇÃO	28
Obrigações de disposição de profissionais para o atendimento de portadores de transtorno do espectro autista	28
PL 31/2023, de autoria do Dep. Thiago Buhner (UNIÃO), que determina que as escolas estaduais, no âmbito do Estado do Paraná, disponham de profissionais com certificação técnica ou ensino superior para atendimento aos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA).	28

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Instituição do Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE)

PL 635/2023 - Autoria: Dep. Josenildo (PDT/AP), que "Institui o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), para o incentivo ao empreendedorismo e o fomento para implantação de novos negócios no país."

Institui o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE) vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo (SEMPE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para a oferta de capacitação empreendedora e acesso ao crédito destinado aos interessados em implantar sua primeira empresa.

- Obriga o participante a cumprir todas as etapas de capacitação, bem como registrar sua primeira empresa para a concessão de crédito.
- Estabelece que os órgãos públicos congêneres ao MDIC serão os responsáveis pela execução de editais que fixarão os critérios para a concessão do crédito.
- Determina que as instituições financeiras habilitadas operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo Fundo Garantidor de Operação (FGO) com cobertura pelo Fundo da inadimplência.
- Limita o montante dos recursos a serem disponibilizados pela linha de crédito em até R\$ 150.000,00, de acordo com os regulamentos internos de cada instituição, sendo o montante disponível de acordo com cada enquadramento de pessoa jurídica.
- Dispensa as instituições financeiras participantes de observar apresentações de Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débito (CND), entre outros.
- Fixa que as despesas decorrentes da execução do programa correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das instituições públicas responsáveis.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Reafirmação da proteção jurídica da coisa julgada

PEC 01/2023 - Autoria: Sen. Tereza Cristina (PP/MS), que "Altera os arts. 5º e 102 da Constituição Federal para reafirmar a proteção jurídica da coisa julgada."

Prevê na Constituição Federal que a decisão judicial não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

- Institui que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF nas ADI, ADC e ADPF ou em sede de repercussão geral, não interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, ainda que nas relações jurídicas de trato sucessivo.

- Aplicam-se as disposições da nova Emenda Constitucional às decisões definitivas de mérito do STF, nas ADI, ADC e ADPF ou em sede de repercussão geral, em processos ainda não transitados em julgado na data de sua publicação.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 06/03/2023 - Recebido o requerimento para adição de assinatura da Senadora Professora Dorinha Seabra - PLEN

Fonte: CNI

Modulação de efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade proferidas pelo STF

PL 584/2023 - Autoria: Sen. Eduardo Girão (NOVO/CE), que "Modifica as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para dispor sobre a modulação de efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal."

Estabelece que o STF poderá, ao declarar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, por maioria de 2/3 de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, desde que preservada a coisa julgada, ainda que nas relações de trato sucessivo.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando aos acórdãos já proferidos, ainda que pendentes de embargos de declaração.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho - PLEN

Fonte: CNI

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Normatização dos efeitos da decisão de controle de constitucionalidade ou de repercussão geral pelo STF sobre a coisa julgada preexistente

PL 588/2023 - Autoria: Sen. Jorge Seif (PL/SC), que "Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para dispor acerca dos efeitos de decisões de controle de constitucionalidade de normas sobre coisa julgada preexistente."

Na hipótese de a decisão de controle de constitucionalidade ou de entendimento do STF contrariarem coisa julgada preexistente, tratando a lide de relações jurídicas de trato sucessivo, a eficácia do entendimento adotado dependerá do ajuizamento de pedido de revisão.

- Inclui no Código de Processo Civil que a partir do ajuizamento do pedido de revisão, o juiz decidirá novamente as questões relativas à mesma lide, sendo devidas as respectivas obrigações ou prestações periódicas.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho - PLEN

Fonte: CNI

Manutenção da coisa julgada material

PL 589/2023 - Autoria: Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF), que "Altera o Código de Processo Civil Brasileiro para reafirmar a autoridade da coisa julgada, estabelecendo claramente que a decisão judicial alcançada pelos efeitos da coisa julgada material não pode ser alterada ou relativizada por nenhum juízo ou tribunal, nem mesmo pelo Supremo Tribunal Federal, a não ser por meio de ação rescisória específica."

Altera o Código de Processo Civil para determinar que são nulos de pleno direito qualquer entendimento, decisão ou interpretação proferidos por qualquer juízo ou tribunal, inclusive tribunais superiores, que relativizem ou modifiquem os efeitos de decisão judicial protegida pela autoridade da coisa julgada material, sendo ela imutável e indiscutível, exceto pelo manejo de ação rescisória.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho - PLEN

Fonte: CNI

Proteção da personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet

PL 592/2023 - Autoria: Sen. Jorge Seif (PL/SC), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei

nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet."

Altera o Código Civil para que a personalidade civil inclua a existência da pessoa no âmbito digital, abrangendo a projeção da sua identidade na internet e o reconhecimento do seu direito à existência no mundo em rede digital, vedado o anonimato.

- Institui diversas alterações textuais para incluir a personalidade digital ao Marco Civil da Internet, garantindo direitos e deveres para os perfis digitais.

- Os provedores de conexão à internet ou de redes sociais, tampouco seus empregados, diretores ou sócios, não têm responsabilidade criminal, editorial, ou civil por danos, em decorrência de conteúdo gerado ou replicado por seus usuários, desde que sejam adotadas as medidas e diligências cabíveis para identificação destes, e vedação de seu anonimato.

- Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas acima ficam sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 10% do faturamento do grupo econômico no país em seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - suspensão temporária das atividades; ou

V - proibição de exercício das atividades.

- Tipifica como crime o ato de censurar, suspender ou bloquear a divulgação de conteúdo ou publicação de opinião, de informação, de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, em qualquer meio ou veículo, inclusive redes sociais, sem justa causa ou motivação admitidas em lei. Pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho – PLEN

Fonte: CNI

Concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para estágio obrigatório

PL 595/2023 - Autoria: Sen. Paulo Paim (PT/RS), que "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários."

Altera a Lei do Estágio para que, tanto em caso de estágio obrigatório como estágio não obrigatório, o estagiário receba bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como auxílio-transporte.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Esta proposição entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho – PLEN

Fonte: CNI

Inclusão de possibilidade de agravo de instrumento para contestar decisão interlocutória que verse sobre competência de juízo

PL 516/2023 - Autoria: Dep. Marangoni (UNIÃO/SP), que "Dá nova redação ao inciso XIII do art. 1.015, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil, para prever a possibilidade de interposição de agravo de instrumento para impugnar decisão que define competência de juízo, renumerando os demais."

Inclui no Código Civil que caberá agravo de instrumento para contestar decisões interlocutórias tomadas pelo juiz no decorrer do processo quando estas versarem sobre definição de competência de juízo.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Tipificação do crime de corrupção privada

PL 576/2023 - Autoria: Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO/SP), que "Altera o Decreto-Lei 2.848, de 1940 (Código Penal), para criar o tipo penal de corrupção privada."

Cria o tipo penal de corrupção privada sob pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.

- Tipifica como crime de corrupção privada passiva: solicitar ou receber o administrador privado, para si ou para outrem, vantagem indevida.

- Considera corrupção privada ativa oferecer ou prometer vantagem indevida a administrador privado, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de interesse da empresa.

Esta proposição entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Rescisão da coisa julgada tributária contrária à decisão em controle concentrado ou repercussão geral do STF

PL 580/2023 - Autoria: Dep. ADRIANA VENTURA (NOVO/SP), que "Submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória."

Altera o Código de Processo Civil para estabelecer que a coisa julgada tributária poderá ser rescindida quando for contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral no STF.

- A eficácia, em relação ao detentor de decisão de mérito, transitada em julgado, em sentido contrário à decisão que declara a constitucionalidade de lei tributária, deve observar a nova alteração inserida no CPC.

- Prevê, ainda, que a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Consideração do tempo como direito existencial do consumidor

PL 582/2023 - Autoria: Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), que "Altera o Código de Defesa do Consumidor, para reconhecer o tempo como direito existencial do consumidor e dispor sobre o dever de reparação civil integral do dano a ele provocado por ações ou omissões culposas do fornecedor."

Reconhece o tempo como direito existencial do consumidor e dispõe sobre o dever de reparação civil integral do dano a ele provocado por ações ou omissões culposas do fornecedor.

- Institui no CDC que cabe ao fornecedor a reparação integral dos danos a ele provocados por ações ou omissões culposas.

- Inclui dispositivo no CDC para definir a ação ou omissão culposa do fornecedor que causa danos ao tempo do consumidor, em:

I - inobservância do prazo máximo previsto em lei, ato normativo ou instrumento contratual, para atendimento presencial ou à distância do consumidor, bem como por defeito ou vício do produto;

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

II - excesso de tempo razoável para responder e sanar demanda do consumidor por defeito ou vício do produto ou serviço, quando inexistente prazo fixado em lei;

III - repetição de reclamações da mesma natureza registradas por consumidores em órgãos, entidades ou plataformas de defesa do consumidor, quando excedido tempo razoável para a adoção de providências; e

IV - promessa de entrega do produto ou serviço dentro de prazo que se sabe não será cumprido.

- Estabelece que o dano ao tempo é autônomo, independe de prova da sua repercussão nas esferas moral ou patrimonial do consumidor e não se confunde com os danos emergentes e os lucros cessantes.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

MEIO AMBIENTE

Instituição de incentivos à recuperação energética como forma de destinação e disposição de resíduos sólidos e de rejeitos

PL 502/2023 - Autoria: Sen. Jader Barbalho (MDB/PA), que "Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, para estimular a destinação e a disposição ambientalmente adequadas de resíduos sólidos e de rejeitos como forma de recuperação energética."

Adiciona dispositivos à Política Nacional de Resíduos Sólidos para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma de destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos.

- Estabelece que a União elaborará metas para expansão da recuperação energética em âmbito nacional como estratégia de destinação e disposição final de resíduos sólidos e rejeitos.

- Define que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos deverão conter análise de viabilidade econômico-financeira e ambiental que considere como alternativa a recuperação energética de resíduos sólidos e de rejeitos.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho – PLEN

Fonte: CNI

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Sustação das audiências de conciliação ambiental

PDL 45/2023 - Autoria: Dep. Pezenti (MDB/SC), que "Susta a aplicação do Decreto nº 11.373, de 1º de janeiro de 2023, no que diz respeito à audiência de conciliação ambiental, com previsão legal nos artigos 97-A, 98-A, 98-B, 98-C e 99 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008."

Susta o Decreto nº 11.373 de 2023 que suprimiu do processo administrativo sancionatório por infrações ambientais a instância de audiência de conciliação ambiental para o estabelecimento de penas alternativas.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

INFRAESTRUTURA

Retorno parcial da cobrança de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol e criação de imposto de exportação sobre o petróleo

MPV 1163/2023 - Autoria: Poder Executivo, que "Reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação."

Determina o retorno parcial da cobrança de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol, sendo R\$ 0,47 por litro de gasolina e R\$ 0,02 por litro de etanol nas operações feitas por produtores e importadores até 30 de junho de 2023.

- Prorroga a suspensão do PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre as aquisições internas e as importações de petróleo efetuadas por refinarias para a produção de combustíveis, até 31 de dezembro de 2023.
- Estabelece a alíquota de 9,2% para o imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, até 30 de junho de 2023.
- Reduz a zero a alíquota da Cide incidente sobre as operações realizadas com gasolina e suas correntes, exceto gasolina de aviação, até 30 de junho de 2023.
- Prorroga a redução das alíquotas para PIS/Cofins incidentes sobre as operações realizadas com querosene de aviação e gás natural veicular, até 30 de junho de 2023.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Interdição de estabelecimento pelo Juiz do Trabalho ou Auditor Fiscal do Trabalho

PL 304/2023 - Autoria: Sen. Paulo Paim (PT/RS), que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a proteção do meio ambiente do trabalho."

Altera a CLT para estabelecer a competência do Auditor Fiscal do Trabalho e do Juiz do Trabalho, quando provocado, para interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, poderá suspender: operação, método ou processo e embargar obra. Atualmente, essa competência é atribuída ao Delegado Regional do Trabalho (Superintendente).

- Formalizada a interdição ou embargo, a autoridade responsável remeterá ao Ministério Público do Trabalho os laudos e relatórios correspondentes, para as medidas judiciais e administrativas cabíveis.

- Em casos de flagrante necessidade, qualquer pessoa poderá adotar medidas preventivas destinadas a garantir a integridade física e psíquica dos trabalhadores, comunicando à autoridade federal competente.

- Aos empregados, individual ou coletivamente, será lícito suspender suas atividades até a eliminação do risco grave ou iminente, sem prejuízo de quaisquer direitos legais ou contratuais.

- Considera crime de poluição, a conduta de degradar o meio ambiente de trabalho, criando riscos proibidos ou agravando riscos inerentes à atividade econômica desenvolvida, quando puder resultar em danos à saúde fisiológica ou psicológica de um ou mais trabalhadores.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

SISTEMA TRIBUTÁRIO

CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS

Sustação de Decreto que revogou redução do AFRMM e de PIS/PASEP e Cofins e atualização do crédito financeiro ao Padis

PDL 51/2023 - Autoria: Dep. ADRIANA VENTURA (NOVO/SP), que "Susta artigo do Decreto nº11.374, de 1º de janeiro de 2023, relativo ao descumprimento dos princípios tributários constitucionais da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal."

Susta o art. 4º do Decreto Nº 11.374 de 1º de janeiro de 2023 para retirar a sua vigência no entendimento de que o Decreto aumenta a carga tributária sem a obrigatória observância do princípio da anterioridade anual e nonagesimal. O referido Decreto revogou:

I - o desconto de 50% para as alíquotas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);

II - o desconto de 0,65% para 0,33% e de 4% para 2% para PIS/PASEP e Cofins incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa; e

III - a atualização do crédito financeiro à pessoa jurídica beneficiária do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) calculado sobre o dispêndio efetivamente aplicado em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Remissão de débitos da CSLL quando o fato gerador obtiver cessação de efeitos decorrentes de decisões vinculantes do STF

PL 596/2023 - Autoria: Sen. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), que "Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado."

Anula os débitos com a Fazenda Nacional referentes à CSLL relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, que obtiverem cessação de efeitos de forma automática, por meio de ação rescisória ou de decisão judicial transitada em julgado perante o STF.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 16/02/2023 – Aguardando Despacho – PLEN

Fonte: CNI

Alteração de penalidade em caso de inobservância da obrigação acessória

PLP 31/2023 - Autoria: Dep. MARCO BERTAIOLLI (PSD/SP), que "Altera o parágrafo 3º e inclui o parágrafo 4º do artigo 113, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966."

Altera o Código Tributário Nacional para que a inobservância da obrigação acessória não resulte diretamente em penalidade pecuniária, sendo passível de penalidade educativa e orientativa com sanções administrativas.

- Acarretará penalidade pecuniária, cobrada pelos mesmos mecanismos aplicados à obrigação principal, nos casos em que as informações contidas na obrigação acessória afetem a arrecadação do tributo ou dificulte ou obstrua a fiscalização, seja por culpa ou dolo.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Inclusão na anistia de infrações e anulação das multas por atraso na entrega da GFIP com fato gerador

PL 554/2023 - Autoria: Dep. MARCO BERTAIOLLI (PSD/SP), que "Altera o inciso I do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.397, de 8 de julho de 2022, incluindo na anistia de infrações e anulação das multas por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) com fato gerador."

Inclui na anistia de infrações a anulação das multas por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com fato gerador de recolhimento do FGTS.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Previsão de multa qualificada decorrente de sonegação ou fraude relativas a tributo

PL 613/2023 - Autoria: Dep. Thiago de Joaldo (PP/SE), que "Altera dispositivos da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências"

Inclui na Lei do Ajuste Tributário, no caso de lançamento de ofício, a previsão de multa até o limite de 150% sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição, em que o sujeito passivo que pratique ato que impeça que as autoridades fiscais tomem conhecimento da ocorrência do fato gerador do tributo ou se valeu da prática ilegal com a finalidade de reduzir o montante do tributo devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

POLÍTICA SALARIAL

Obrigatoriedade de equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos

PL 111/2023 - Autoria: Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que "Acrescenta o art. 377-A à Consolidação das Leis do Trabalho para tornar obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos e prever mecanismo de fiscalização em relação ao seu cumprimento."

Altera a CLT para tornar obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos.

- Determina que a fiscalização do cumprimento ficará a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo da atuação do Ministério Público do Trabalho.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

BENEFÍCIOS

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Alteração na quantidade de dias que o empregado poderá faltar justificadamente sem prejuízo à remuneração

PL 393/2023 - Autoria: Sen. Paulo Paim (PT/RS), que "Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências."

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

I - até oito dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica. A lei vigente concede dois dias;

II - até oito dias consecutivos, em virtude de casamento. A lei vigente concede três dias; e

III - até 15 dias, por ano de trabalho, em virtude de doença, devidamente comprovada por atestado médico, do cônjuge ou do companheiro, ou companheira, dos pais, dos filhos, padrasto ou madrasta e enteado, ou de dependente que viva sob sua dependência econômica, declarada na CTPS.

- O prazo previsto em virtude de doença poderá ser prorrogado enquanto durar a doença, mediante ajuste formal entre empregado e empregador, com suspensão do contrato de trabalho para todos os efeitos legais, exceto previdenciários.

- A licença devido à doença somente será concedida se a assistência direta do empregado for indispensável e não

puder ser prestada simultaneamente com a prestação do trabalho ou mediante compensação de horário, formalizada em acordo coletivo ou individual.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Redução da jornada de trabalho do empregado responsável por filho ou dependente com autismo

PL 235/2023 - Autoria: Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE), que "Acrescenta o art. 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir redução da jornada de trabalho do empregado responsável por filho ou dependente com autismo."

Reduz em 50% a jornada de trabalho ao empregado ou a empregada responsável por filho ou dependente com diagnóstico de autismo sem prejuízo da remuneração.

- A concessão e manutenção da redução de jornada será revista anualmente mediante apresentação de laudo médico que comprove o diagnóstico do filho ou dependente com autismo.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

- Nos casos em que o horário especial não seja compatível com a necessidade de tratamento ou de atenção do filho ou dependente com autismo, o empregado poderá ser colocado em regime de teletrabalho.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Remuneração à mulher provedora de família monoparental que tenha filhos PCD ou menores de idade sem prejuízo do recebimento do BCP

PL 303/2023 - Autoria: Dep. Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF), que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para dispor sobre a permissão à mulher provedora de família monoparental, que tenha filhos com deficiência e filho menor sem deficiência, a exercer trabalho remunerado de até dois salários-mínimos, sem prejuízo do recebimento do benefício de prestação continuada, definido em lei."

Permite à mulher provedora de família monoparental que tenha filhos com deficiência e filho menor sem deficiência, a exercer trabalho remunerado, de até dois salários-mínimos, sem prejuízo do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BCP).

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Estabilidade do empregado terceirizado eleito para direção sindical após contratação de nova prestadora de serviços

PL 118/2023 - Autoria: Dep. Rubens Otoni (PT/GO), que "Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada pelo Decreto lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado terceirizado eleito para direção sindical."

Estabelece que na contratação de nova prestadora pela tomadora de serviços, em caso de terceirização, não há supressão da continuidade das garantias da organização sindical, sendo obrigatória a manutenção dos empregados eleitos para direção sindical por até um ano após o final de seu mandato.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Regularização na contratação de menores aprendizes para requisição de habilitação social, fiscal e trabalhista para fins de licitações

PL 203/2023 - Autoria: Dep. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS/DF), que "Inclui na lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a obrigatoriedade de regularidade na contratação de menores aprendizes entre os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista."

Dispõe sobre a obrigação de regularidade na contratação de menores aprendizes entre os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista em certames licitatórios.

- As habilitações fiscais, sociais e trabalhistas serão aferidas mediante a verificação do pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho e não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Vedação de benefícios fiscais a pessoas jurídicas condenadas por utilizarem mão-de-obra em condições análogas à escravidão

PL 282/2023 - Autoria: Dep. Léo Prates (PDT/BA), que "Dispõe sobre a vedação de benefício tributário ou de incentivos fiscais a pessoas jurídicas condenadas por utilizarem mão-de-obra em condições análoga à escravidão, e dá outras providências"

Veda a concessão de benefício tributário ou de incentivos fiscais em até cinco anos as pessoas jurídicas condenadas por utilizarem mão-de-obra em condições análoga à escravidão.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Normatização da preferência de teletrabalho para o empregado responsável por pessoa com deficiência

PL 503/2023 - Autoria: Dep. Neto Carletto (PP/BA), que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o teletrabalho para o empregado responsável por pessoa com deficiência."

Inclui na CLT a preferência de concessão ao regime de teletrabalho ao empregado responsável legal por pessoa com deficiência.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino

PL 573/2023 - Autoria: Dep. Daniela Reinehr (PL/SC), que "Cria a Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino com vistas ao incentivo profissional e a inserção de mulheres no mercado de trabalho em combate à violência doméstica"

Cria a Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino para a qualificação profissional e a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.

- Estabelece que compete ao Ministério do Trabalho e Emprego o acesso à formação e capacitação profissional das mulheres vítimas de violências doméstica.
- Define que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome deverá fornecer as condições necessárias para a frequência a cursos de qualificação profissional das mulheres cadastradas.
- Determina que os entes federativos deverão implementar ações necessárias à efetivação da política, em conjunto com o setor privado, com a sociedade civil organizada e com a comunidade escolar.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

INTERESSE SETORIAL DA INDÚSTRIA

AGROINDÚSTRIA

Criação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT

PL 699/2023 - Autoria: Sen. Laércio Oliveira (PP/SE), que "Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências."

Estabelece o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT, cujas regras de habitação serão definidas pelo Poder Executivo.

- Serão beneficiárias pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos.

- Não poderão aderir ao PROFERT as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional ou tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado.

- No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação ao projeto, fica suspenso o pagamento:

I - do PIS e COFINS, nas seguintes situações: i) incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PROFERT; ii) na importação quando for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PROFERT; iii) incidentes sobre a receita da pessoa jurídica estabelecida no País decorrente da prestação de serviços à pessoa jurídica beneficiária do PROFERT; e iv) incidentes sobre a receita decorrente da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos.

II - do IPI incidente: i) na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do PROFERT; e ii) na importação, quando for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do PROFERT;

III - do Imposto de Importação, quando for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do PROFERT;

IV - do AFRMM sobre as mercadorias destinadas a projetos aprovados no programa;

V - do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre os valores pagos, creditados ou remetidos para o exterior relativos à contratação de serviços por pessoa jurídica; e

VI - da CIDE incidente sobre os valores pagos, creditados ou remetidos ao exterior para pagamento de contratos relativos à exploração de patentes e de fornecimento de tecnologia.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

- Os benefícios associados às aquisições e importações poderão ser usufruídos por um período de 5 anos.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: 28/02/2023 - Aguardando Despacho - PLEN

Fonte: CNI

Redução a zero das alíquotas para PIS/Pasep e Cofins incidentes na importação e venda de alimentos orgânicos

PL 679/2023 - Autoria: Dep. Marangoni (UNIÃO/SP), que "Reduz a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno sobre alimentos orgânicos e sobre os insumos agrícolas e demais produtos utilizados na sua produção."

Reduz a zero as alíquotas para PIS/Pasep e Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno sobre alimentos orgânicos e sobre os insumos agrícolas e demais produtos utilizados na sua produção.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

ALIMENTÍCIA E BEBIDAS

Instituição de normas sobre a venda de produtos sem leite ou com baixo teor como produtos lácteos

PL 229/2023 - Autoria: Dep. Ricardo Silva (PSD/SP), que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para estabelecer que os fabricantes informem sobre a venda de produtos que contenham em sua base láctea gorduras ou proteínas de origem não láctea; e altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para proibir que os produtos sem leite, ou com baixo teor de leite sejam denominados como tal."

Estabelece que os fabricantes devem fazer constar de forma visível em seus rótulos, embalagens e publicidade de alimentos que contenham em sua base láctea gorduras ou proteínas de origem não láctea a expressão "assemelhados", sempre que não estiverem comercializando os produtos originais, devendo diferenciar as imagens e cores das embalagens.

- Define que a utilização da palavra "leite" somente pode ser aplicada para a venda de produtos da secreção mamária das fêmeas.

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

FUMO

Proibição do uso de dispositivos eletrônicos de fumar e narguilés

PL 689/2023 - Autoria: Dep. Luciano Ducci (PSB/PR), que "Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar o uso de produtos fumíferos, incluindo dispositivos eletrônicos de fumar, em qualquer logradouro público."

Inclui como produtos fumígenos proibidos de uso os dispositivos eletrônicos de fumar e os narguilés em recinto coletivo, privado ou público, bem como em quaisquer parques privados ou públicos e em logradouros públicos.

Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

RELAÇÕES DE CONSUMO

Determinação de assinatura física do consumidor idoso em operação de crédito

PL 30/2023, de autoria do Dep. Thiago Buhner (UNIÃO), que dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física em contratos de operação de crédito contratados por meio eletrônico ou telefônico, firmado por pessoas idosas.

Determina a assinatura física das pessoas idosas, seus representantes ou prepostos em contratos de operação de crédito firmado por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras e de crédito, seus representantes ou prepostos.

Os contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com pessoas idosas devem, obrigatoriamente, ser disponibilizados em meio físico, devendo a instituição financeira e de crédito contratada fornecer cópia do contrato firmado ao idoso contratante, sob pena de nulidade do compromisso.

O descumprimento da norma acarretará penalidades às instituições financeira e de crédito, sem prejuízos das previstas nas legislações vigentes: I - advertência; II - multa de 300 (trezentas) UFR-PR (Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraná); III - multa de 600 (seiscentas) UFR-PR (Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraná); IV - multa de 2.000 (duas mil) UFR-PR (Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraná), de acordo com cada reincidência.

Esta proposição entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 24/02/2023

Fonte: Sistema Fiep

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Alteração nas legislações estaduais que tratam sobre a composição da Administração Pública

PL 27/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera as leis que especifica e dá outras providências.

Propõe a revisão das legislações que criam e instituem entidades da Administração Indireta e Serviços Sociais Autônomos, suas vinculações aos órgãos da Administração Direta, em razão das

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

alterações promovidas pela Lei Reforma Administrativa (Lei nº21.352/2023), bem como altera dispositivos de outros diplomas legais, para corrigir inconsistências materiais e formais.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 09/03/2023

Fonte: Sistema Fiep

Alteração no regimento interno da Alep

PR 01/2023, de autoria da Comissão Executiva da Alep, que altera o anexo único da Resolução nº 11/2016, que trata do regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Altera o art. 18 do anexo único da Resolução nº 11/2016, autorizando a criação de até **sete blocos parlamentares temáticos destinados a tratar de assuntos de interesse da sociedade paranaense.**

Altera o inciso XXIII, do art. 38 do anexo único da Resolução nº 11/2016, que determina a alteração do nome da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência, para **Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência.**

Acrescenta os incisos XXVII à XXIX ao art. 38, do anexo único da Resolução nº 11/2016, que pretende inserir na lista de Comissões Permanentes da Alep as seguintes comissões: **I – Comissão de Igualdade Racial; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Comissão de Minas, Energia e Água.**

Altera o art. 62 e acresce os arts. 65A à 65C ao anexo único da Resolução nº 11/2016, que determina as competências das **Comissão de Igualdade Racial; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Comissão de Minas, Energia e Água.** ([Clique aqui para acessar a íntegra do anexo único](#)).

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Resolução Promulgada nº 1 de 2023 Publicada no Diário Oficial nº 2624 de 15/2/2023

Fonte: Sistema Fiep

GASTO PÚBLICO

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

Aprovação de Crédito Especial ao Orçamento Geral do Estado para atendimento de convênios firmados com os municípios de Cornélio Procópio e Lapa

PL 26/2023, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do estado.

Aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 15.475.878,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais), destinados a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), visando a criação das atividades de Fomento Aeroviário e Fomento Aquaviário, para atender convênios firmados com os municípios de Cornélio Procópio e Lapa.

Os recursos desta proposição serão oriundos do cancelamento de dotações orçamentárias prevista em lei (28846999.003) e o seu respectivo Programa de Trabalho e Detalhamento da Despesa por Modalidade de Aplicação e por Grupo de Fonte.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Finanças e Tributação (CTF) - 15/02/2023

Fonte: Sistema Fiep

INFRAESTRUTURA

Destinação e Reutilização de material fresado

PL 22/2023, de autoria do Dep. Maria Victoria (PP), que dispõe sobre a destinação e o reaproveitamento de material fresado no Estado do Paraná.

Estabelece diretrizes quanto ao reaproveitamento e destinação do material fresado proveniente da raspa do asfalto extraído de ações de recapeamento, pavimentação e correção asfáltica em

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

rodovias sob gestão, direta ou indireta, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR).

O material fresado será destinado ao município onde foi gerado, no qual deverá ser utilizado, preferencialmente, para recapeamento ou pavimentação de vias ainda não asfaltadas.

Fica estabelecido a comercialização do material fresado para pessoas jurídicas de direito privado que utilizem o material fresado em suas atividades.

O Poder Executivo regulamentará esta norma no prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 24/02/2023

Fonte: Sistema Fiep

INFRAESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO

Obrigação de disposição de profissionais para o atendimento de portadores de transtorno do espectro autista

PL 31/2023, de autoria do Dep. Thiago Buhner (UNIÃO), que determina que as escolas estaduais, no âmbito do Estado do Paraná, disponham de profissionais com certificação técnica ou ensino superior para atendimento aos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Obriga os colégios estaduais do Paraná a dispor de profissionais com certificação técnica ou ensino superior para atendimento aos portadores de Transtorno Espectro Autista (TEA).

Proíbe, ainda, a contratação de estagiários para tal finalidade, salvo quando acompanhado de um profissional comprovadamente capacitado no atendimento aos autistas.

O Poder Executivo regulamentar  esta norma.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Constituição e Justiça (CJJ) - 24/02/2023

Fonte: Sistema Fiep

Gerência de Relações Governamentais
nº 04. Ano XVII. 09 de março de 2023

NOVOS PROJETOS DE LEI: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.